

**PAULO JOSÉ FREIRE TEOTÔNIO
WENDELL LUIS ROSA**

COORDENADORES

COLABORADORES

Alana da Silva Almeida
Ana Júlia Simões Vieira
Ana Sofia Freire Teotônio
Antonio Aparecido Belarmino Junior
Augusto Martinez Perez
Augusto Martinez Perez Filho
Bruna Carolina Oliveira e Silva
Danielle Apis Silvério
Emanuela de Araújo Pereira

Glauber Guilherme Belarmino
Henrique Augusto Freire Teotônio
Luis Ricardo de Oliveira Dantas
Luma Dianin Barbosa
Paulo José Freire Teotônio
Rafael José Sanches
Renan Joubertb Almeida Silva
Vinícius Rosati Pedro

Análise do
Pacote
Anticrime

Tomo I



© by Paulo José Freire Teotônio / Wendell Luis Rosa
© by Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda

Supervisão:

Editora Imperium

Conselheiro Editorial:

Manoel Augusto da Cruz

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T34401

Análise do Pacote Anticrime - Tomo I / Paulo José Freire Teotônio, Wendel Luis Rosa – Leme/SP: Editora Imperium, 2022.

277 p.; 16 x 23 cm

ISBN 978-65-88491-28-7

1. Corrupção – Legislação – Brasil. 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção na política. 4. Crime contra a administração pública – Brasil. I.

CDD 345.8102323

Índices para catálogo sistemático:

1. Corrupção – Legislação – Brasil. 2. Corrupção administrativa. 3. Corrupção na política. 4. Crime contra a administração pública – Brasil. I.

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei n. 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade do autor. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade do autor.

Direitos desta edição reservados à:
Imperium Editora e Distribuidora de Livros Ltda
Rua Ephraim Rodrigues Alves, nº 128 - Jardim Claudia
Cep: 13610-720 – Leme-SP – Tel.: (19) 3554-4109
www.editoraimperium.com.br
e-mail: editora@editoraimperium.com.br
imperium.editora@gmail.com

SUMÁRIO

A NOVA SISTEMÁTICA DO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL.....	17
<i>Paulo José Freire Teotônio</i>	
<i>Bruna Carolina Oliveira e Silva</i>	
<i>Henrique Augusto Freire Teotônio</i>	
<i>Ana Sofia Freire Teotônio</i>	
Resumo	17
Introdução.....	18
Inquérito Policial.....	18
Ministério Público	20
Ministério Público e Inquérito Policial	21
Arquivamento do Inquérito Policial antes da Lei 13.964/19	22
Arquivamento do Inquérito Policial após a Lei 13.964/19	25
Adversidades do novo artigo 28, caput, CPP e demais leis que tratam do Arquivamento do Inquérito Policial	28
Conclusão.....	32
ANÁLISE DOS ARTIGOS 313 E 315 DO CPP: O IMPACTO DESTES NO DIREITO À DEFESA PENAL	37
<i>Emanuela de Araújo Pereira</i>	

ANÁLISE DO PACOTE ANTICRIME

O JUIZ DAS GARANTIAS E A SUA (IN)CONSTITUCIONALIDADE.. 53
Renan Joubberth Almeida Silva

Resumo	53
Introdução	53
1. O Sistema Acusatório e a Constituição Federal	55
1.1 O sistema inquisitorial	55
1.2 Sistema Acusatório	57
1.3 A Constituição Federal e a adoção do Sistema Acusatório	58
2. O Juiz das Garantias e o Pacote Anticrime	61
2.1 O Juiz das Garantias e as fases do processo	62
2.2 O Juiz das Garantias e o oferecimento da denúncia	66
3. A discussão sobre a (In)Constitucionalidade do Juiz das Garantias	67
3.1 A discussão acerca da inconstitucionalidade do Juiz das Garantias	67
3.2 Da Constitucionalidade do Juiz das Garantias	70
Conclusão	74

CONTRAPONOTOS DA INSTITUIÇÃO DO JUIZ GARANTIDOR..... 77

Paulo José Freire Teotônio

Danielle Apis Silvério

Bruna Carolina Oliveira E Silva

Henrique Augusto Freire Teotônio

Resumo	77
Introdução	77
I. Princípio do Juiz Natural	77
II. Princípio da Imparcialidade do Juiz	81
III. Das críticas contra o Juiz das Garantias	84
IV. Das vantagens do Juiz de Garantias	86
V. Conclusão	88

MEDIDAS CAUTELARES: CONTRADITÓRIO, PROVISORIEDADE E A SUA EFETIVIDADE À LUZ DA LEI Nº 13.964/2019 93

Antonio Aparecido Belarmino Junior

Glauber Guilherme Belarmino

ANÁLISE DO PACOTE ANTICRIME

Introdução	93
1. O Contraditório nas Medidas Cautelares	93
2. O caráter de Provisoriidade das Medidas Cautelares	97
RETROATIVIDADE DA ALTERAÇÃO PROMOVIDA PELA LEI 13.964/2019 NA NATUREZA DA AÇÃO PENAL RELATIVA AO CRIME DE ESTELIONATO: ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA FIRMADA ATÉ O MOMENTO PELAS CORTES SUPERIORES A RESPEITO DO TEMA	103
<i>Rafael José Sanches</i>	
Introdução	103
1. Do posicionamento do Supremo Tribunal Federal sobre o tema	104
1.1. Acórdão proferido pela 1ª Turma do Supremo no julgamento do Habeas Corpus nº 187.341 de São Paulo	105
1.2. Do acórdão proferido pela 2ª Turma do Supremo no Agravo Regimental no Recurso Extraordinário com Agravo nº 1.230.095 de São Paulo	108
2. Do posicionamento do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema ...	110
2.1. Do acórdão proferido pela 3ª Sessão do Superior Tribunal de Justiça no Habeas Corpus nº 610.201 de São Paulo	111
3. Crítica ao posicionamento das cortes superiores.....	115
Conclusão	120
UMA ANÁLISE DA EXECUCAO PENAL A LUZ DA LEI 13.964	123
<i>Vinicius Rosati Pedro</i>	
Resumo	123
1. Introdução	123
2. A Execução Penal e a Lei 7.210/84 (LEP)	123
2.1. Evolução histórica	123
2.2. A Lei 7.210/84, o Código Penal e o Código de Processo Penal	127
2.3. Conceito de Execução Penal	128
2.4. Natureza Jurídica da Execução Penal	130
2.4.1. A corrente administrativa	131
2.4.2. A corrente jurisdicional	132

ANÁLISE DO PACOTE ANTICRIME

2.5. Princípios norteadores da Execução Penal.....	134
3. A Lei 13.964/2019, Lei Anticrime	136
4. As novidades na Execução Penal com o advento da Lei 13.964/2019.....	140
4.1. Das novidades no Código Penal	140
4.1.1. Da execução da pena de multa, artigo 51 do Código Penal	140
4.1.2. Do limite máximo do tempo de cumprimento de pena, artigo 75 do Código Penal	143
4.1.2.1. Do conceito de pena	144
4.1.3. Das modificações no Livramento condicional, artigo 83, III do Código Penal.....	147
4.1.3.1. Conceito de livramento condicional	148
4.1.3.2. Das modificações no Livramento condicional	149
4.2. Das novidades na Lei 7.210/84 (LEP)	151
4.2.1. Banco de dados genéticos – artigo 9º-A, da LEP.....	152
4.2.2. Falta grave, artigo 50 da LEP	156
4.2.3. Regime disciplinar diferenciado, artigo 52 da LEP	158
4.2.4. Da progressão de regime, artigo 112 da LEP	165
4.2.5. Saídas temporárias, artigo 122 da LEP	172
4.3. Lei de identificação criminal e Lei de Transferências de Presos....	174
4.3.1. Lei de Identificação criminal.....	174
4.3.2. Lei de transferências e inclusão de presos.....	175
5. Conclusão.....	176

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONFISCO ALARGADO..... 183

Augusto Martinez Perez

Augusto Martinez Perez Filho

Introdução.....	184
1. O Confisco alargado e suas fontes.	184
2. Combate à criminalidade e instrumentos inovadores	187
3. Breves reflexões: presunção de inocência, direito ao silêncio, inversão do ônus da prova e intranscendência da pena	189
3.1. Presunção de inocência.....	189
3.2. Direito ao silêncio e inversão do ônus da prova	192
3.4. Intranscendência da pena.....	197

ANÁLISE DO PACOTE ANTICRIME

4. Contraprestação irrisória	198
Considerações finais	199
PACOTE ANTICRIME: A INEFICAZ ALTERAÇÃO AO CRIME DE CONCUSSÃO	205
<i>Alana da Silva Almeida</i>	
Resumo	205
1. Introdução	205
2. Lei 13.964/2019 - Pacote Anticrime: noções preliminares	206
3. Administração Pública: panorama geral.....	208
4. Administração Pública e Direito Penal	210
5. Concução	213
5.1 Conceito	213
5.2 Bem jurídico tutelado	215
5.3 Sujeitos.....	215
5.4 Adequação típica: elementos subjetivos e objetivos	216
5.5 Consumação e tentativa	217
6. Sanção penal aplicada ao art. 316, caput.....	218
7. Conclusão.....	221
O PACOTE ANTICRIME E O SEU IMPACTO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	227
<i>Ana Júlia Simões Vieira</i>	
Introdução	227
Desenvolvimento	228
1. O Crime Organizado	228
2. Pacote Anticrime	229
2.1. Estabelecimentos penais de segurança máxima	229
2.2. Limitações de benefícios	230
2.3. Colaboração Premiada e o Acordo	230
2.4. Infiltração de policiais	233
3. As Organizações Criminosas no Brasil e como atuam no território	233
3.1. Primeiro Comando da Capital (PCC).....	236

ANÁLISE DO PACOTE ANTICRIME

3.2. Comando Vermelho (CV)	236
3.3. Família do Norte (FDN)	236
4. Corrupção e o enfraquecimento do sistema penal	237
5. Os crimes violentos	237
6. Milícias	239
Conclusão.....	240

O ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL E A POSSIBILIDADE DE FORMALIZÁ-LO EM AÇÕES PENAIS EM CURSO..... 243

Luma Dianin Barbosa

Resumo.....	243
1. Introdução	243
2. O Acordo de não Persecução Penal.....	245
3. Requisitos e Efeitos	247
4. Exceção ao princípio da irretroatividade	252
5. Da possibilidade de se firmar o Acordo em Ação Penal já ajuizada	253
Conclusão.....	262

A LEI N. 13.964/2019 E AS INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS 267

Luis Ricardo de Oliveira Dantas

1. Art. 14-A do Código de Processo Penal e 16-A do Código de Processo Penal Militar.....	267
2. Sobre a captação ambiental no âmbito da Lei n. 9.296/1996	270
3. Da utilização da ação controlada e da infiltração de agentes para apuração do crime de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei n. 9.613/1998).....	274